CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDFT

Caderno de Questões

DIREITO (Vagas Específicas)

Data: 10/06/2018
Número de questões: 30 (trinta)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

1. Verifique se este Caderno de Questões corresponde com o curso que você está matriculado, caso não seja, solicite a substituição para o fiscal da sala.

2. Não haverá substituição da Folha de Respostas, em caso de rasura a resposta será anulada. Preencher a folha pintando toda a bolinha, conforme exemplo:

3. Cada candidato receberá um Caderno de Questões e uma Folha de Resposta com seu nome e CPF para transcrever as respostas da prova. Confira se os dados estão corretos.

4. A Folha de Resposta não será substituída em qualquer hipótese, devendo o candidato tomar o devido cuidado no seu manuseio e preenchimento.

5. Na correção da Folha de Resposta, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas ou que contiverem mais de uma alternativa marcada ou emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

6. O tempo previsto para aplicação das provas será de 1h30 min., não havendo, por qualquer motivo, prorrogação em virtude de afastamento de candidato da sala.

7. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *palmtop*, *notebook*, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo *databank*, gravador, *pager*, etc.), livros, anotações ou qualquer outro tipo de receptor ou transmissor de dados e mensagens ou material semelhante.

8. Após uma hora de permanência no local de realização das provas será permitido ao candidato levar o caderno de provas.

9. O candidato pode sair da sala, assim que concluir a prova.

10. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo o candidato que, durante a realização da prova:
*Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
*For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
*Faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes ou candidatos;
*Se recusar a entregar o material de provas ao término do tempo de provas;
*Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
*Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

11. Os gabaritos serão divulgados no sítio do CIEE nos dias 11/06 (gabarito provisório) e 13/07 (gabarito oficial).

12. Os recursos referentes às questões aplicadas nas provas e respectivas respostas corretas publicadas em gabarito provisório, só serão aceitos, das 09h00 às 16h00 (horário de Brasília) do dia 12/06/2018. O candidato deve preencher o formulário, conforme modelo disponível para download no sítio do CIEE na internet (www.ciee.org.br), no *link* do processo seletivo e entregar para o seguinte endereço EQSW 304/504 LOTE 02, ED. ATRIUM, SUDOESTE-DF

13. Se do exame dos recursos resultarem anulação de questão, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

14. Serão elaboradas listas de classificação, divididas por curso e local de estágio, em ordem decrescente de pontos obtidos.

15. Não será fornecido ao estudante comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificação divulgadas no sítio do CIEE na internet.

16. O resultado definitivo será divulgado a partir 21/08/2018, no sítio do CIEE na internet.

17. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, contado a partir da homologação do resultado, podendo ser prorrogado a critério do TJDFT.

18. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo, os quais serão afixados no sítio do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE www.ciee.org.br, devendo manter atualizados seus dados cadastrais junto a esta instituição.

19. A participação no processo seletivo implica na concordância com todas as normas e condições contidas no Edital de Seleção e respectivo Termo Aditivo.

Boa Sorte!

LÍNGUA PORTUGUESA

1) Em relação ao uso do sinal indicativo de crase, todas as alternativas estão corretas, EXCETO:

a) A cidade ficou às escuras.
b) Fomos à uma cidade distante.
c) Nas férias, fomos à Bolívia.
d) Referia-se à professora com ironia.

---

2) Em relação ao emprego da crase, marcar C para as sentenças Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

( ) Saiu à viajar pelo mundo.
( ) No feriado, retornamos à Bahia.
( ) Peço à Vossa Senhoria que envie as mercadorias.

a) C - C - C.
b) E - E - E.
c) E - C - E.
d) C - E - C.

---

3) Em conformidade com as regras de ortografia, assinalar a alternativa CORRETA:

a) Compreenção.
b) Expanção.
c) Obtenção.
d) Pretenção.

---

4) Assinalar a alternativa que preenche as lacunas da frase abaixo CORRETAMENTE:

O mecânico não _____ _____ no motor, apenas _____ os pneus de ar.

a) quis - mexer - encheu
b) quiz - mexer - encheu
c) quis - mecher - enxeu
d) quiz - mecher - enxeu

5) Em relação ao emprego do acento gráfico, assinalar a alternativa CORRETA:

a) Heróico.
b) Idéia.
c) Jibóia.
d) Lençóis.

---

6) Em relação ao uso do acento gráfico, todas as alternativas estão corretas, EXCETO:

a) Abdômen.
b) Hífen.
c) Pólens.
d) Sótão.

---

7) Na frase "Deve-se aproveitar o momento presente", a palavra sublinhada, morfologicamente, classifica-se como:

a) Artigo.
b) Adjetivo.
c) Advérbio.
d) Adjunto Adnominal.

---

8) Assinalar a alternativa CORRETA que apresenta o adjetivo correspondente à locução adjetiva sublinhada na frase "Projeto de aluno":

a) Discente.
b) Magistral.
c) Docente.
d) Episcopal.

---

9) Em relação às regras de concordância nominal, analisar os itens abaixo:

I - A situação está meia tensa.
II - Neste recinto, é proibida entrada de pessoas estranhas.

a) Os itens I e II estão corretos.
b) Somente o item I está correto.
c) Somente o item II está correto.
d) Os itens I e II estão incorretos.

10) Em relação às regras de concordância verbal, assinalar a alternativa CORRETA:

a) Daqui a São Paulo são cem quilômetros.
b) Já fazem dez dias que não nos vemos.
c) Hoje haverão comemorações na cidade?
d) Os Estados Unidos fica na América do Norte.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE DIREITO

11) De acordo com a Lei nº 13.105/2015 - Código de Processo Civil, a ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens imóveis:

a) Será proposta, em regra geral, no foro de domicílio do autor.
b) Quando o autor não tiver domicílio ou residência no Brasil, será proposta no foro de domicílio dos ascendentes ou descendentes em linha reta.
c) Será proposta, em regra geral, no foro de domicílio do réu.
d) Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, será proposta no foro de domicílio dos ascendentes ou descendentes em linha reta.

12) Com base na Lei nº 13.105/2015 - Código de Processo Civil, a incompetência, relativa ou absoluta, será alegada como questão preliminar do(a):

a) Contestação.
b) Apelação.
c) Agravo de Terceiro.
d) Agravo de Instrumento.

13) Em conformidade com a Lei nº 13.105/2015 - Código de Processo Civil, o juiz, ao réu preso revel ou ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado, nomeará:

a) *Amicus curiae*.
b) Curador especial.
c) Procurador.
d) Tutor.

14) Conforme a Lei nº 13.105/2015 - Código de Processo Civil, no que diz respeito a gratuidade da justiça, analisar os itens abaixo:

I - A concessão de gratuidade isentará o beneficiário de pagar, ao final, as multas processuais que lhe foram impostas no trâmite do processo.
II - A gratuidade de justiça dispensará o beneficiário das despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios.

a) Os itens I e II estão corretos.
b) Somente o item I está correto.
c) Somente o item II está correto.
d) Os itens I e II estão incorretos.

15) De acordo com a Lei nº 13.105/2015 - Código de Processo Civil, a intervenção de terceiros ocorre quando uma terceira pessoa se opõe ao réu ou ao autor do processo judicial principal. Pode-se afirmar que NÃO é uma das categorias que compõem a intervenção de terceiros o(a):

- **Questão anulada**

a) Denunciação a lide.
b) Nomeação a autoria.
c) Chamamento ao processo.
d) Litisconsórcio.

16) Com base na Lei nº 13.105/2015 - Código de Processo Civil, os motivos de impedimento ou suspeição poderão ser aplicados aos, EXCETO:

a) Membros do Ministério Público.
b) Auxiliares da justiça.
c) Defensores Públicos.
d) Oficiais de Justiça.

17) Em conformidade com a Lei nº 13.105/2015 - Código de Processo Civil, o curso do prazo processual será suspenso entre os dias:

a) 20 de dezembro e 06 de janeiro, inclusive.
b) 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.
c) 19 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.
d) 19 de dezembro e 06 de janeiro, inclusive.

---

18) Conforme a Lei nº 13.105/2015 - Código de Processo Civil, em cada ato processual, em regra geral, ao juiz será atribuído um prazo para proferir a manifestação cabível para aquele ato. Pode-se afirmar que serão proferidos em:

a) 7 dias os despachos.
b) 5 dias as decisões interlocutórias.
c) 20 dias as sentenças.
d) 10 dias as decisões interlocutórias.

---

19) Com base na Lei nº 13.105/2015 - Código de Processo Civil, a carta será expedida para a prática de atos fora dos limites territoriais do tribunal, da comarca, da seção ou da subseção judiciárias. No que diz respeito às cartas, numerar a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

(1) Rogatória.
(2) Precatória.
(3) Arbitral.

( ) Expedida para que órgão do Poder Judiciário pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato objeto de pedido de cooperação judiciária formulado por juízo arbitral, inclusive os que importem efetivação de tutela provisória.

( ) Expedida para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro.

( ) Expedida para que órgão jurisdicional brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária, formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa.

a) 3 - 1 - 2.
b) 1 - 2 - 3.
c) 3 - 2 - 1.
d) 2 - 3 - 1.

---

20) Em conformidade com a Lei nº 13.105/2015 - Código de Processo Civil, em cada área processual, como: trabalhista, penal ou cível, haverá uma lista dos recursos cabíveis para aquela matéria. Pode-se afirmar que no processo civil NÃO é cabível o recurso de:

- **Questão anulada**

a) Embargos Infringentes.
b) Agravo Interno.
c) Agravo de Revista.
d) Recurso Ordinário.

---

21) De acordo com a Lei nº 3.689/1941 - Código de Processo Penal, o arquivamento do inquérito policial poderá ser ordenado pelo:

a) Delegado de polícia.
b) Membro do Ministério Público.
c) Juiz.
d) Chefe de polícia.

---

22) Com base na Lei nº 3.689/1941 - Código de Processo Penal, em regra geral, na ação penal, nos crimes de ação pública, as ações serão promovidas mediante:

a) Denúncia do Ministério Público.
b) Queixa crime do ofendido.
c) Ocorrência.
d) Notícia crime.

23) Em conformidade com a Lei nº 3.689/1941 - Código de Processo Penal, quando o perdão for concedido a um dos querelados, ele será aproveitado a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar. Após aceito o perdão, o juiz:

a) Extinguirá a ação penal, sem resolução do mérito.
b) Arquivará a ação penal, sem resolução do mérito.
c) Extinguirá o inquérito policial.
d) Julgará extinta a punibilidade.

---

24) Conforme a Lei nº 3.689/1941 - Código de Processo Penal, a competência jurisdicional na ação penal, em regra geral, será determinada:

a) De acordo com a residência do ofendido.
b) Pelo local onde se consumar a infração.
c) Conforme o cargo do ofendido ou do infrator.
d) Pelo nexo causado entre a conduta e a infração.

---

25) Com base na Lei nº 3.689/1941 - Código de Processo Penal, o conflito de jurisdição poderá ser suscitado:

I - Pela parte interessada.

II - Pelos órgãos do Ministério Público junto a qualquer dos juízos em dissídio.

III - Por qualquer dos juízes ou tribunais em causa.

Estão CORRETOS:

a) Somente os itens I e II.
b) Somente os itens I e III.
c) Somente os itens II e III.
d) Todos os itens.

26) De acordo com a Lei nº 3.689/1941 - Código de Processo Penal, quando a infração deixar vestígios, será necessária a perícia judicial, em que os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, e responderão aos quesitos formulados. O perito terá, em regra geral, para elaborar o laudo pericial, o prazo máximo de:

a) 7 dias.
b) 8 dias.
c) 10 dias.
d) 15 dias.

---

27) Conforme a Lei nº 3.689/1941 - Código de Processo Penal, sobre a prisão em flagrante, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

( ) A prisão em flagrante somente poderá ser decretada pelas autoridades policiais ou agentes.
( ) Somente será considerado em flagrante o delito quando o infrator estiver cometendo a infração penal.
( ) A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante.

a) C - E - C.
b) E - C - E.
c) E - E - C.
d) C - C - E.

---

28) De acordo com a Lei nº 3.689/1941 - Código de Processo Penal, o juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

I - Extremamente debilitado por motivo de doença grave.
II - Maior de 60 anos.

a) Os itens I e II estão corretos.
b) Somente o item I está correto.
c) Somente o item II está correto.
d) Os itens I e II estão incorretos.

29) Com base na Lei nº 3.689/1941 - Código de Processo Penal, no processo crime, o procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo. Pode-se afirmar que será:

a) Ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 anos de pena privativa de liberdade.
b) Sumário para as infrações penais de menor potencial ofensivo.
c) Sumaríssimo quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 anos de pena privativa de liberdade.
d) Ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 anos de pena privativa de liberdade.

---

30) Em conformidade com a Lei nº 3.689/1941 - Código de Processo Penal, da denúncia ou queixa que não for aceita caberá recurso em Sentido Estrito, quando for recusada pelo juiz por meio de:

a) Decisão e sentença, somente.
b) Despacho e decisão, apenas.
c) Sentença e despacho, unicamente.
d) Sentença, decisão ou despacho.